

RESUMO

FERREIRA, Leonardo Michel. **A descriminalização do lenocínio no Brasil**: um debate sobre estado, direito e moral. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2021.

A presente pesquisa visa combater estigmas, discriminações e preconceitos sobre a prostituição, buscando, no Direito, as bases e fundamentos para realizar esta batalha. No Brasil, o meretrício é atividade lícita e, inclusive, considerada como ocupação legal pelo antigo Ministério do Trabalho e Emprego, enquanto o lenocínio, atividades que movimentam ou se envolvam economicamente com a prostituição alheia, é criminalizado. Desse modo, o trabalho se concentrará nos debates acerca da descriminalização do lenocínio no Brasil, com o intuito de estabelecer Estado, Direito e Moral como conceitos autônomos que se relacionam. Para tanto, será necessário compreender o modelo que organiza e legitima a ordem jurídica nacional, o Estado Democrático de Direito, alcançando um conceito de Direito que possua elementos da moralidade, sendo este a pretensão de correção. Em seguida, realizar-se-á um estudo acerca dos crimes de lenocínio, apontando seus modelos de abordagem, o conceito e a função do bem jurídico, igualmente, identificando o próprio bem jurídico destes crimes. O último objetivo do trabalho é o desenvolvimento de uma crítica sobre o forte conteúdo moral que lastreia o bem jurídico dos crimes de lenocínio, defendendo a sua descriminalização e, por conseguinte, regulamentação. O método adotado, para desenvolver a pesquisa, fora o dedutivo, partindo de um ponto geral para atingir uma delimitação. A abordagem utilizada é tanto qualitativa quanto quantitativa, buscando o “porquê das coisas” sem ignorar a lógica. Com a disposição de proporcionar maior familiaridade com o problema, o trabalho será exploratório. Já o procedimento é bibliográfico e documental, porquanto há um levantamento de referências teóricas analisando fontes diversificadas, como a legislação. Dentre os resultados obtidos, constatou-se que a criminalização do lenocínio é uma imposição moral intolerável em um Estado Democrático de Direito, salientando a importância da sua descriminalização para otimizar o tato entre o Estado, tal como do Direito, com os profissionais do sexo.

Palavras-chave: Prostituição; Lenocínio; Estado democrático de direito; Pretensão de correção; Moral.